



Sociedade  
Portuguesa  
de Ciências  
Florestais

DEPARTAMENTO DE ENGENHARIA FLORESTAL  
Tapada da Ajuda — 1349-017 Lisboa

### Conclusões do Seminário “Fogos Florestais” (Maio 2014 Bragança)

Os “Fogos Florestais” constituem um tema essencial para todos os que se interessam pela Floresta Portuguesa e justificaram a realização de um Seminário em Maio deste ano, na Escola Superior Agrária de Bragança, numa iniciativa conjunta com a Sociedade Portuguesa de Ciências Florestais.

Esta realização permitiu, fora do período de verão, que fossem apresentadas boas práticas de gestão integrada de fogos e simultaneamente debater algumas ideias inquietantes que justificam a reflexão de toda comunidade interessada e que merecem a divulgação ao público em geral. São os resultados dessa reflexão que aqui se apresentam e que constituem a posição da Sociedade Portuguesa de Ciências Florestais sobre a matéria.

Constata-se que, nas últimas décadas, a floresta do continente português tem conseguido resistir a regimes de fogo mais frequentes, mas altera o equilíbrio entre as diversas espécies florestais, seleccionando-as de modo diferente, com os matos associados a fogos mais frequentes e as diversas formações florestais a perder importância com maiores frequências de fogo, com excepção do eucalipto.

A piro-meteorologia condiciona os grandes incêndios e a área ardida. Os limiares meteorológicos para uma actividade de fogo significativa são bastante variáveis regionalmente, devido a factores naturais e socioeconómicos. O controlo da área ardida pelo combustível é evidente a escalas regionais e locais, daí decorrendo a importância de que seja evitada a continuidade do espaço florestal, gerindo o combustível em mosaico.

Foi considerada a importância de controlar a expansão urbana no espaço florestal. Em termos gerais, no contexto nacional verifica-se a ausência de uma ampla atitude social que considere a interface urbano florestal como um território de risco. Não se estabelecem relações entre os recentes episódios de incêndios e a interface urbano florestal e certas dinâmicas territoriais como são o incremento da urbanização dispersa no meio rural e o abandono agrícola.

A floresta ardida só parece ser problema para quem nela investe e não um problema nacional ou de quem tem que a gerir publicamente ou proteger. Quem investe e gere floresta tem que garantir a protecção das suas propriedades apesar dos elevados investimentos públicos na supressão.

Existem bons exemplos, embora pontuais, de planeamento estratégico das medidas de gestão de combustível, realizado com base na análise do histórico de incêndios. A gestão do fogo/incêndios deve assentar em estratégias integradas de defesa da floresta contra incêndios (DFCI) e de gestão do território. A formação, experiência e preparação da cadeia de comando e operacionais para o combate a incêndios devem ter por base o conhecimento técnico.



Sociedade  
Portuguesa  
de Ciências  
Florestais

DEPARTAMENTO DE ENGENHARIA FLORESTAL  
Tapada da Ajuda — 1349-017 Lisboa

A evolução técnica na área da gestão integrada do fogo dos últimos 10 anos contribui para melhor se avaliarem as medidas de política de Defesa da Floresta Contra Incêndios (DFCI) estabelecidas em Portugal. Neste contexto, é entendido que o posicionamento do poder político e dos agentes da administração florestal do Estado são temas centrais a analisar no âmbito do Sistema Nacional de Defesa da Floresta contra Incêndios (SNDFCI).

Na Europa durante os últimos 25 anos a atenção dos políticos aos incêndios florestais tem sido motivada por incidentes catastróficos. As políticas europeias de defesa contra incêndios florestais são orientadas para a extinção do fogo e assentam, geralmente, na premissa da exclusão do fogo nos ecossistemas. Tem-se assistido a medidas de reacção rápida, ad hoc, como resultado de situações catastróficas e de políticas de curto prazo, em detrimento de medidas proactivas de mitigação do risco, de gestão integrada de fogo, que decorrem de políticas preventivas e integradoras de longo prazo. Exige-se cooperação, para reduzir o risco de ignição e de propagação, ao nível da coordenação intersectorial. Exige-se legitimação, integração e colaboração entre os diferentes actores (governança).

Em Portugal, as linhas de política para a DFCI estão bem definidas na Estratégia Nacional para as Florestas (ENF) e no Plano Nacional de Defesa da Floresta contra Incêndios (PNDFCI). O programa estabelecido, de longo prazo, equilibra as preocupações de prevenção com as de combate a incêndios florestais. A Lei de Bases da Política Florestal, em 1996, e a ENF 10 anos depois, salientam a necessidade de incentivar a parceria entre os diferentes agentes, a adopção de programas comuns e a partilha de responsabilidades entre os sectores. Paradoxalmente a actuação de prevenção e de combate a incêndios florestais mantem uma tendência marcadamente reactiva e desarticulada. As medidas empreendidas têm reforçado sucessivamente a capacidade de supressão. É marcadamente notório o investimento continuado em meios, em vez de em conhecimento, formação e estratégia.

O Plano Nacional de Defesa da Floresta contra Incêndios traçou o caminho de 2006 a 2018. A meio do percurso é perceptível a dificuldade dos diferentes agentes em seguirem fielmente as acções preconizadas no plano. Os níveis de tecnicidade e competência, essenciais para a rentabilização dos meios existentes, mantêm-se baixos. As tendências corporativistas dos agentes comprometem o bom funcionamento do sistema, que deve aprender sem complexos com os erros. Este status quo traduz o sentimento generalizado de impunidade da incompetência ou da delapidação do património.

O caminho que foi planeado, assente na interdependência dos distintos actores, deve ser percorrido com seriedade, fidelidade e persistência. A boa governança compete, em primeira instância ao poder político, mas não só, compete a todos os agentes ou actores do sistema. A acção do político não deve ser exercida por impulsos, de forma intermitente, descontextualizada, movida por interesses mais ou menos desconexos, pois desregula todo o



Sociedade  
Portuguesa  
de Ciências  
Florestais

DEPARTAMENTO DE ENGENHARIA FLORESTAL  
Tapada da Ajuda — 1349-017 Lisboa

sistema. O anúncio de medidas avulsas conduz a um desperdício de recursos financeiros e desvia as estruturas técnicas das suas funções fundamentais.

Exige-se continuidade, determinação e que as políticas não sejam interrompidas cada vez que muda o Governo, mas sobretudo maturidade e ética na forma como a política é exercida. Um bom equilíbrio de forças entre as entidades que coordenam o SNDFCI deve ser assegurado. Mas existem problemas que comprometem esse equilíbrio e que devem constituir a primeira preocupação. São eles a volatilidade das próprias entidades coordenadoras do sistema (a administração florestal que lida com os incêndios viu, no período de 10 anos, a sua lei orgânica mudar 6 vezes), a falta de liderança ou de coordenação “supra” do sistema que é essencial reafirmar e a forma desmembrada de como as entidades coordenadoras se relacionam entre si. A noção holística do sistema (perceber que o sistema só funciona se todas as peças funcionarem) deve nortear a actuação dos agentes.

É essencial perceber-se o peso financeiro de cada pilar coordenador do Sistema e o peso do próprio Sistema. Um aumento gradual do investimento em prevenção não implica a perda automática de recursos financeiros para o combate aos incêndios. A poupança nos custos de supressão de incêndios (devido a recursos não utilizados) resultante do impacto de mais investimento em prevenção resulta num sistema global mais económico.

A visão conjunta e integrada das disponibilidades financeiras é essencial para o bom funcionamento, transparente, equilibrado e uno do Sistema Nacional de Defesa da Floresta contra Incêndios.

O Sistema Nacional de DFCI deve seguir um caminho mutualista, onde a cooperação e a complementaridade entre as agências venha favorecer a constituição de comunidades seguras contra incêndios e de ecossistemas florestais sustentáveis.

A Sociedade Portuguesa de Ciências Florestais adopta estas conclusões como suas e fruto das reflexões do Seminário, promovendo a sua divulgação junto da comunidade científica, dos técnicos e de todos quantos se interessem pela defesa da Floresta.